



A ocupação do território vimaranense através do olhar da arqueologia

Francisco Queiroga

Faculdade de Letras | Universidade do Porto

O tema que nos ocupa nesta breve abordagem é a ocupação diacrónica de uma paisagem ao longo de um vasto período de tempo, análise essa que é condicionada pelas fontes arqueológicas, disponíveis para o espaço em apreço, às quais intencionalmente nos circunscrevemos. Tecendo algumas considerações caracterizadoras sobre cada um dos períodos culturais, com elas articulamos o conjunto dos vestígios do inventário, que as justificam e consubstanciam. Tentamos apresentar um discurso menos técnico e denso, que não desmotive o leitor não especializado, para quem este trabalho se orienta sem, contudo, sacrificar o rigor de que este projecto se rodeou desde o início. Por esta razão também se entendeu libertar o texto da referenciação bibliográfica e das notas de rodapé, que o adensariam. As referências bibliográficas apenas ao texto excluem as que já estão referidas nas fichas individuais de cada vestígio, e estão acessíveis para consulta, pelo que consideramos desnecessário referi-las aqui.

Vivendo num mundo dominado pela sistemática, esta disciplina que nos impele compulsivamente a ordenar e classificar tudo o que nos rodeia, é imperativo estabelecer os conceitos e os critérios, mormente os de espaço e de tempo, que norteiam esta abordagem. O tempo que escolhemos, o da dimensão cultural, porque mais colorida e pedagógica, é o que se estende entre a Pré-História e a Idade Média: entre os primeiros indícios culturais que, substancialmente, nos permitem traçar uma imagem dos grupos sociais que deambularam por este território, até um período no qual toda a paisagem se encontra claramente estruturada, e as fontes às quais recorreremos começam a ser suplantadas, em número e em qualidade, pelas fontes escritas, estas muito mais claras e assertivas na informação que transmitem. Importa salientar que não quer isto dizer que subestimamos de todo tanto o valor como o contributo dos dados arqueológicos para o estudo das épocas Medieval, Moderna e Contemporânea. Contudo, o manancial de informação das variadas fontes documentais, que estão disponíveis para estas épocas, obriga a uma grande articulação da Arqueologia com o documentalismo e, por conseguinte, a um exercício multidisciplinar que não se coaduna com a organização deste inventário.

Os elementos arqueológicos carecem de um olhar atento e cuidadoso. De uma ponderação da sua natureza, do contexto no qual se encontram, das vicissitudes de percurso que porventura tiveram, sobretudo quando deslocalizados, e em suma tudo o que possa contribuir para a credibilidade da informação que nos possam fornecer. Esta informação foi, tanto quanto possível, vertida para as fichas de inventário, que se constituem como concordância de informação.

Como seria inevitável, sobre este trabalho paira a sombra de Francisco Martins Sarmiento, através do imenso acervo de conhecimentos que nos deixou sobre o terreno, e em bastantes casos sobre sítios a cuja destruição ele assistiu, sendo, portanto, o seu testemunho a única informação de que dispomos. Os seus registos denunciam um constante calcorrear do território vimaranense em visitas a sítios de interesse, mas também capacidade de observação e lucidez de análise e interpretação. Constatamos que à época muitos arroteamentos e obras variadas foram sendo feitos um pouco por todo o espaço que visitou, o que nos permite avaliar a magnitude da destruição dos vestígios arqueológicos ao longo dos séculos XIX e XX. No tempo de Martins Sarmiento a paisagem tinha já começado a sofrer a pressão demográfica decorrente do processo de industrialização dos vales dos rios Ave e Vizela, fenómeno que foi sendo ampliado ao longo do século XX. Fica igualmente claro a partir das suas notas, e corroborado pelas fotografias coevas, que a paisagem de então se encontrava sistematicamente despida de vegetação arbórea, fruto da utilização recorrente de madeiras e lenhas pelas populações. Este ambiente propiciou a nitidez de observação das irregularidades topográficas dos povoados, mas também dos monumentos megalíticos, que Francisco Martins Sarmiento soube aproveitar com mestria. Da mesma forma, o solo periodicamente limpo de vegetação arbustiva pelo imperativo cíclico de corte de matos para as camas dos animais, permitia uma visibilidade do solo que contribuiu para os inúmeros registos de achados cerâmicos à superfície no decurso das suas deambulações. Apenas as referências à localização de alguns dos sítios, com base em topónimos hoje desaparecidos, e por vezes em associação com nomes de moradores locais, nos podem hoje suscitar dificuldade de posicionamento. A tarefa de localização no terreno das referências de achados transmitidos por Martins Sarmiento trouxe, como seria inevitável, algumas desilusões e muita frustração, tanto pelo desconhecimento dos locais, como pela constatação da sua completa obliteração. Talvez o exemplo mais marcante tenha sido o das **termas do Paço**, em Oleiros, que abaixo comentamos em detalhe.




Introdução ao espaço

A definição do espaço também não é isenta de problemas. Habitados a uma visão do território que é condicionada pelas imagens de natureza administrativa que nos são impostas, temos natural dificuldade em encarar épocas nas quais os limites eram pontuados por marcas de diferentes teores. Naturalmente que cada uma das noções, desde a étnica à político-administrativa, cria um espaço próprio, mas este está umbilicalmente ligado ao tempo no qual se insere, e só neste quadro deverá ser entendido. Uma outra, mais transversal e estável, é a delimitação geográfica, pela sua coerência com a vida económica e cultural, e resistência às mudanças. Esta seria a escolha lógica, numa abordagem temporalmente tão ampla, e sobretudo num espaço que foi tão retalhado por reformulações administrativas como o concelho de Guimarães. Um amplo espaço no limite sul do concelho, que entra já em outro nicho geográfico, o do vale do rio Vizela, foi retirado no decurso de uma reformulação administrativa de há poucas décadas, subtraindo assim a este inventário um contexto rico em vestígios e problemáticas. Da mesma forma, o minúsculo apêndice territorial situado no extremo nordeste do concelho, cuja pertença a Guimarães se deve igualmente a recente reformulação administrativa, desta feita de adição, perturba a uniformidade do espaço. Trata-se do apêndice formado por Arosa e Castelões, que se constitui como uma ilha com contornos irregulares, que fere a coerência do espaço em apreço, e cujo contributo será quase negligenciável no quadro de uma análise de conjunto.

Tendo tudo isto em mente, tentaremos respeitar as barreiras da geografia, e mormente da orografia, que tão determinante se tem revelado no ordenamento das sociedades, das economias e das culturas, articulando este princípio com algum aspecto mais relevante que a realidade administrativa actual nos imponha.

A área em apreço, apesar de definida por critérios administrativos, coincide também com alguns limites naturais. Com efeito, uma boa parte do espaço encaixa-se na bacia hidrográfica do rio Ave, tendo o alinhamento das cristas dos montes como limite. Assim, a noroeste e poente temos a crista que alinha entre o Sameiro-Santa Marta-Outinho-Penedice. Ao chegar à Portela, este padrão é interrompido por uma abrupta inflexão para sudeste, cruzando as terras baixas dos vales dos rios Pele e Ave, entrecortados por cabeços, é certo, até Gondar, onde desce, tendo o rio Ave como limite. Em Calvos abandona o rio, alinhando sempre para sul, e toca o cabeço “Meninas”, que delimita os vales dos rios Ave e Vizela. O curso deste último serve-lhe de limite, definindo os limites sul das freguesias de Lordelo e Moreira de Cónegos. Alinha então para norte por entre o complexo orográfico que delimita pelo norte o vale do rio Vizela, num contorno entrecortado que é resultante da última reformulação territorial por ocasião da criação do concelho de Vizela. Só em Gémeos e Serzedo retoma o vale deste rio como limite, inflectindo para poente no cruzamento da ampla linha de água encaixada de Infantas, na direcção da Lapinha, onde retoma os relevos de altitude. Voltando a cruzar esta linha de água, desta feita para nordeste, envereda pela crista do relevo que se estende para norte, face ao Santo Antoninho, continuando por Pedras Alvas, Lustoso, Santa Marinha e Lajedas. É neste cabeço bem destacado que deriva o apêndice em forma de península de Arosa e Castelões, acima referido. O limite do concelho alinha pela encosta a nascente de Gondomar ao encontro do rio Ave, o qual acompanha no seu curso até à ponte de Donim, onde inflecte para norte e volta a subir aos relevos que delimitam pelo norte a bacia hidrográfica do rio Ave.

No interior deste espaço temos uma grande diversidade de nichos geográficos e ecossistemas. As planícies aluvionares dos rios dominantes somam a uma grande quantidade e diversidade de aluviões associados a linhas de água menores, das quais o de Selho, em S. Torcato e em Creixomil, é um dos exemplos mais visíveis. Enquanto que as linhas de água agregam solos ricos e frescos, as encostas adjacentes albergam os esporões e os cabeços pelos quais algumas culturas demonstraram nítida apetência. Alguns dos cumes dos relevos, mormente os alinhados em sequência, possuem contornos suaves e amplas extensões ondulantes, de configuração semi-planáltica, com pequenas rechãs e alvéolos onde se formaram níveis de acumulação de solos húmicos, férteis e frescos, contextos certamente demasiado agrestes no inverno, mas particularmente apetecíveis no estio. A distribuição dos vestígios arqueológicos por estes nichos geográficos varia consoante cada um dos períodos culturais definidos, sendo ocupados e explorados de forma consentânea com as estratégias económicas e culturais dominantes em cada um dos períodos. Esta diversidade é responsável pela ocupação continuada deste espaço geográfico, a qual está bem patente na lista dos vestígios inventariados.

Dentro dos sítios que possam ser atribuíveis ao Neolítico, destacam-se os monumentos megalíticos de maiores dimensões conhecidos nesta área, como a *mamoá de Matamá* , em Infantas, sendo que não foi ainda identificado nenhum habitat coevo, pese o facto de eles terem já sido identificados em concelhos



circum-vizinhos, em contextos geográficos semelhantes aos existentes em Guimarães. Ajuizando pela distribuição dos sítios conhecidos, ou de materiais avulsos, pensa-se que o espaço de exploração privilegiado destas comunidades agro-pastoris e recolectoras, de cariz itinerante, seriam os espaços de configuração semi-planáltica, e os esporões aplanados, contextos dos quais o território do concelho é pródigo. Os habitats, desde esta época até aos finais da Idade do Bronze, são temporários, presumivelmente de alternância sazonal, e compostos por cabanas e abrigos em materiais vegetais, que poucos vestígios deixam no registo arqueológico. Um outro modelo consiste no aproveitamento dos abrigos naturais que abundam nesta região, como os espaços entre os grandes afloramentos graníticos, e as pálás. No monte da Penha, onde são visíveis inúmeros batólitos e pálás, foram detectadas ocupações nestes espaços através de sondagens arqueológicas. Em muitos outros locais do concelho foram identificadas estas condições naturais para habitats na Pré-História Recente, como o exemplo da Lapa de Bouro, em S. Lourenço de Selho, e a impressionante Pena Cobertoura, em Balazar, mas a sua utilização para este fim não poderá ser confirmada sem uma avaliação arqueológica que forneça materiais diagnósticos.

O número de vestígios megalíticos conhecido na área em apreço é comparativamente modesto, sobretudo se tomando em linha de conta os restantes indícios de povoamento coevo, e a variedade de contextos que, tradicionalmente, são propícios à existência destes monumentos. Saliente-se, contudo, a grande capacidade de dissimulação destes vestígios na paisagem, podendo passar despercebidos debaixo da cobertura arbustiva, e também a sua permeabilidade à destruição accidental durante as ripagens e florestação. Exceptuando a imponente mamoa de Matamá, acima referida, que se destaca pelas suas dimensões, a maioria dos megálitos inventariados são de dimensões comparativamente modestas e de perfil tendencialmente abatido, pelo que suspeitamos que a sua cronologia se possa inclinar já para os 2^o-1^o milénios. A circunstância de Martins Sarmiento nos relatar episódios de destruição destes monumentos, aos quais por casualidade assistiu, permite ajuizar da quantidade dos que, antes e depois dele, terão sofrido semelhante sorte sem deixar qualquer rasto.

Durante o Calcolítico, período cultural que se situa, genericamente, ao longo do 3^o milénio a.C., operam-se algumas transformações sociais e tecnológicas, desde logo a tímida vulgarização da metalurgia do cobre, a partir de meados do milénio, que se salda em toda uma rede de intercâmbios, de interações e de gestão de recursos. Os grupos humanos são de pequenas dimensões, de cariz familiar, e continuam a deambular pela paisagem na prática de caça, recolha e agricultura.

Ao longo das décadas de 40 e 50 do século XX, no decurso da edificação dos equipamentos do santuário do monte da Penha, foram sendo recolhidos vestígios materiais, nomeadamente utensílios em cobre, machados em pedra polida, pontas de seta em pedra lascada e polida, raspadores e polidores, moinhos oblongos, e sobretudo cerâmicas que revelavam uma individualidade cultural que mereceu uma designação própria. Esta produção cerâmica, que veio a ser designada como “tipo Penha” é caracterizado pela predominância de formas ovoides nos utensílios cerâmicos, os quais são profusamente decorados com uma gramática decorativa metopada, composta por associações de incisões lineares profundas na superfície exterior dos vasos, feitas com a pasta húmida, antes da cozedura. Importa salientar que, após a sua identificação, que muito se deve a Mário Cardoso e ao seu esforço de enquadramento cultural destes materiais, os vestígios desta fácies cultural “Tipo Penha” foram surgindo um pouco por todo o noroeste peninsular, denunciando uma ampla dispersão geográfica.

No passado, os dados arqueológicos disponíveis, mormente os monumentos megalíticos e os raros vestígios de habitat, apontavam para a predominância nesta época da ocupação das terras mais elevadas, de configuração semi-planáltica. Alguns dados recolhidos nas últimas décadas foram contrapondo esta imagem, e o trabalho de recolha realizado para este inventário contribui para reequacionar os modelos de ocupação da paisagem em época calcolítica. Temos, com efeito, as ocupações tradicionais de altitude, nos relevos alinhados, como o monte da Penha, mas igualmente um conjunto de ocupações em zonas baixas, de encostas suaves, como em Azurém, e mesmo na periferia das veigas aluvionares, como em Creixomil. Estes exemplos sugerem que seria mais abrangente a exploração dos recursos de todo o território ocupado por estes grupos.

O Monte da Ínsua, em S. João de Ponte, também apresenta vestígios de ocupação do Calcolítico, recolhidos na década de 1930, mas padecendo de referências contextuais algo ambíguas, as quais dificultam a caracterização do tipo de ocupação que representam, podendo oscilar entre o povoado e necrópole, ou ambos. O local é uma língua da margem esquerda do rio Ave, que o rio envolve numa curva do seu curso, configurando um esporão que se estende em pendor suave face ao rio, e constitui um exemplo notável da ocupação das terras baixas neste período histórico.

A Quinta do Assento, em Azurém, é outro sítio de ocupação da Pré-História Recente, que se encontra ainda em estudo, e se reveste da maior importância para o entendimento deste complexo cultural. Neste local foram realizados trabalhos arqueológicos programados que revelaram uma forma de habitat contendo



vestígios denunciadores de grande dinamismo e actividades quotidianas, sugeridos pela diversidade da utensilagem, com elevado número pontas de seta, machados, enxós, lâminas/lamelas, furadores, lascas, raspadores, raspadeiras e buris, a juntar a artefactos ligados à moagem de cereais, prática metalúrgica, e naturalmente um vasto conjunto de cerâmicas. Outros locais com vestígios de ocupação desta época são os encontrados em Lordelo (Lugar de Lanhoso), as fossas escavadas por equipe da UM no lugar da Veiga, em S. Lourenço de Sande,

Este período legou-nos também as manifestações expressivas de arte rupestre atlântica, plasmadas nos afloramentos graníticos que abundam na paisagem, privilegiando na sua gramática estilística as representações esquemáticas, e raras vezes se aventurando pelas representações figurativas. O entorno da Citânia de Briteiros possui alguns núcleos interessantes desta arte rupestre, nos locais conhecidos como Bouça da Miséria, Bouça do Silvestre, Penedo dos Sinais, Quinta do Paço, e Buraquinhas. Além deste complexo de maior densidade, temos outras representações dispersas pelo concelho, como na Lapinha (Calvos), as Pegadinhas de Sabroso (S. Lourenço de Sande), Lugar de Vinhas, e o de Reguadas (1, 2, 3 e 4), em Donim, a juntar a conjuntos que apenas contêm *fossettes*, e gravuras das quais já só temos memória ou referência bibliográfica.

A partir dos finais do 3º milénio, no período conhecido como Idade do Bronze verifica-se um incremento da complexidade social, tecnológica e económica, com a crescente vulgarização das tecnologias, sobretudo a metalúrgica, a complexidade social e a militarização das sociedades, e consequentemente dos símbolos de poder que estão na base das suas dialéticas.

Neste período, que é cronologicamente amplo, vulgarizam-se os materiais de deposição intencional, referidos como “esconderijos”, representados por utensílios, armas, adornos e materiais para produções metalúrgicas. Dos seus habitats conhecemos pouco, sendo raros os vestígios conhecidos desta época. O facto de continuarem a tipologia de povoados abertos, em enquadramentos topográficos inconspícuos, faz com que a sua descoberta seja acidental, normalmente por ocasião de obras, e dificulta sobremaneira o seu estudo. A estes exemplos somar-se-à eventualmente a extensa área de ocupação registada na Penha durante o Calcolítico, a qual suspeitamos que poderá albergar habitats abertos do Bronze Inicial ou posteriores. Os esconderijos, a que acima se aludiu, constituem um fenómeno que será recorrente ao longo dos milénios seguintes, mas vemos neles mais fenómenos de entesouramento do que exercício de práticas simbólicas, em torno do qual muito se tem dissertado.

Nos finais do segundo milénio-inícios do primeiro, na última fase da Idade do Bronze, toda a evolução que se tem vindo a referir na tecnologia, na economia e na complexidade das estruturas sociais parece radicalizar-se, e assiste-se a uma deslocalização progressiva dos habitats, que cada vez mais buscam os locais elevados e sobranceiros, surgindo o que se nos afigura serem as primeiras estruturas defensivas. A prática metalúrgica vulgariza-se num quadro de claras relações de longa distância que se revelam nos planos cultural e comercial, e quiçá étnico. A multiplicação das datações por C14 a partir da década de 80 permitiu ir consubstanciando este processo com exemplos de sítios a norte do Douro, alguns dos quais revelavam materiais e cronologias consentâneas com essa ideia.

Os esconderijos desta época possuem, como elementos dominantes, os utensílios e as armas em metal, ou então matéria prima, o que hoje designariamos como sucata, para reciclagem em produção metalúrgica, a juntar aos elementos de adorno em ouro. Por esta época, e parafraseando o título de um livro sobre o tema, “o metal faz girar o mundo”.

Como se referiu, o povoamento estabelece-se nos locais elevados e proeminentes, seja nos topos das elevações ou, mais frequentemente, nos esporões das encostas que dominam os vales ou as linhas de água encaixadas.

Alguns destes povoados são abandonados com o fim deste período cultural. Outros continuam a ser ocupados, desconhecemos se em total continuidade, e ao longo da primeira metade do primeiro milénio a.C. algo muda. O povoado rodeia-se de muralhas em pedra, e a sua cultura material sofre alterações sensíveis, sobretudo na utensilagem quotidiana de maior plasticidade, como a cerâmica. Esta evolui nas formas, e começa a incluir quantidades ostensivas de mica na sua composição. Este processo, que pode não ter sido sincrónico em todos os sítios e regiões, marca a génese do povoado castrejo. O talhe da pedra nas construções dos castros só se especializa nas suas fases finais, pouco anteriores ou coevas dos primeiros contactos com o mundo romano. Esta é uma realidade verificável nos inúmeros sítios da região. Da mesma forma são escassos os vestígios tanto de utensilagem em ferro como da metalurgia do ferro nos povoados, onde é mais comum a metalurgia do bronze. Desta forma, não surpreende o facto de muitos povoados castrejos revelarem materiais e níveis de ocupação datáveis dos finais da Idade do Bronze, como se constata



em alguns dos castros da área em estudo, nomeadamente no Monte da Forca (Vila Nova de Sande) e Castro de S. Miguel-O-Anjo (Vermil).

A cultura castreja é todo o complexo cultural que gravita, e se alicerça, em torno deste modelo de povoado. A sua caracterização e projecção constitui um dos objectivos de vida de Francisco Martins Sarmiento e, talvez, o seu legado mais emblemático. O empenho quase compulsivo na sua escavação, a expensas próprias, mas também a busca incessante de vestígios semelhantes por todo o norte de Portugal, assistindo a destruições de sítios por outrem, promovendo sondagens, adquirindo sítios, observando, registando, aventando hipóteses, tudo constitui manifestação do seu génio, e do que à época era o espírito científico. Não admira que ao longo da maior parte do século XX a noção de cultura castreja tivesse a Citânia de Briteiros como um epicentro incontornável.

Na segunda metade do 1º milénio a.C. as populações aglutinam-se nestes povoados de altura, cercados por complexos de muralhas em pedra e fossos, e as habitações, que anteriormente eram em materiais perecíveis, vão sendo gradualmente construídas em pedra, seguindo o mesmo modelo circular.

O território vimaranense possui um número considerável de povoados castrejos, cada um com a sua característica própria, documentando o ecletismo e a adaptabilidade destes povoados à sua dimensão social e à paisagem onde se integram. Evocamos, além da Citânia de Briteiros, o Castro de Sabroso, o Castro de S. Miguel-O-Anjo, o Castro de S. Bartolomeu, o Picoto de Santo Amaro, o Monte da Forca. Junto com estes povoados estruturados poderá existir alguma forma de povoamento mais individualizado e disperso, representando um regresso às zonas baixas de maior potencial agrícola. Esta hipótese poderá ser consubstanciada, ou desmentida, no futuro, quando for avaliada a presença de materiais da Idade do Ferro, sem associação com estruturas defensivas, no Monte Longo (Aldão), no Penedo da Corte do Lobo (S. Jorge de Selho), e no Castro da Boavista (Gémeos).

Desde o século V que esta região denuncia contactos comerciais com o mundo mediterrânico, cuja geoestratégia irá mudar como resultado das guerras púnicas, concentrando então o controle comercial do mediterrâneo ocidental na esfera greco-latina. Paralelamente, institui-se a presença romana na Península Ibérica, facto que propicia a sucessão de contactos de vária ordem, desde militares aos comerciais. Desta forma, aos materiais gregos e púnicos, sucedem-se os de proveniência itálica, como as cerâmicas campanienses, seguidas das *sigillatas* itálicas, presentes no registo arqueológico desta área.

Com a presença destes materiais começa a configurar-se uma lenta mudança no registo arqueológico, mais uma vez individualizada regionalmente, constatando-se a evolução nas formas e tecnologias cerâmicas, na vulgarização do ferro e na mestria do talhe da pedra, e igualmente algumas modificações no urbanismo, das quais o aparecimento dos vestíbulos será a característica mais visível. Esta lenta evolução sentida ao longo do século I a.C. é seguida por uma profunda reformulação em alguns dos povoados, segundo influxos, modelos e ritmos ainda objecto de controvérsia, sendo acompanhada pelo aumento de materiais importados do mundo romano. Esta realidade, que é projectada ostensivamente pelo registo arqueológico, conduziu à utilização generalizada da expressão “romanização”.

A expressão “romanização” tornou-se um lugar comum no discurso arqueológico, expressando, em contexto de alguma ambiguidade conceptual, a situação de aculturação, ou assimilação dos padrões culturais romanos, chegando em alguns casos a sugerir a presença física de cidadãos romanos. Esta noção é apoiada pela cultura material, nomeadamente pelos materiais romanos de importação, nas primeiras fases com as cerâmicas campanienses e as *sigillatas* itálicas, e posteriormente pelas produções locais e regionais já dentro do século I d.C. Enquanto que a disseminação cultural pode ter sido operada por via de contactos comerciais, como o tinha sido em séculos anteriores, já o processo de implementação da lei romana obedece a normas mais rígidas, e menos passíveis de discussão. O mais consensual será a conquista através de campanha militar, porque foi o predominante em todo o processo de expansão de Roma. Contudo, o registo arqueológico parece não fornecer elementos consentâneos com episódios bélicos e a destruição que os acompanharia.

Em acréscimo, temos ainda o impacto que possam, ou não, ter tido neste processo de aproximação cultural, e eventualmente político-militar, as campanhas militares de Décimo Júnio Bruto (138-136 a.C.) e o percurso da campanha de César (61 a.C.). As campanhas de Augusto no noroeste parecem ter sido dirigidas exclusivamente contra os Cântabros. Existem sugestões fundamentadas de o percurso desta expedição ter penetrado pelo território dos Brácaros, mas a ter acontecido parece não ter deixado rasto de destruição. Sem nos querermos alongar neste argumento, não podemos ignorar os traços de presença militar na região, evocando o exemplo do tesouro tardo-republicano encontrado no castro de Alvarelhos, junto com 9 bolos de prata com marca imperial, sugerindo cunhagem de moeda, e ainda com algumas peças de armamento. Este contexto sugere a presença de um destacamento militar romano neste castro por altura da expedição de Augusto (29-19 a.C.), ajuizando pelas moedas datáveis de 32-27 a.C., podendo assim configurar, na expressão de Carlos Fabião, evidência de um exército romano “oculto” dentro de um povoado indígena.



A noção de *romanização* e o contorno da sua aplicação sofreu um enorme salto qualitativo com o aparecimento e o estudo do édito de Augusto encontrado em Bembibre. Este importantíssimo documento histórico, datado de 15 a.C. deixa bem claro não só o rigoroso conhecimento do substrato étnico, como o apertado e interventivo controlo administrativo do noroeste peninsular que nesta data Roma já exercia. Obrigou-nos, portanto, a rever alguns paradigmas, antigos e sedimentados, decorrentes das interpretações da cultura material, e mormente do aparato defensivo patente nos povoados da Idade do Ferro. Com efeito, o registo arqueológico coevo escrutinado nesta região não fornece indícios de violência que poderíamos associar ao termo "conquista romana", tão frequentemente utilizado na bibliografia arqueológica, imagem que aliás é visível em regiões do império, raras é certo, nas quais o processo de dominação foi pacífico.

Este documento vem ainda reforçar a noção que os investigadores da História Antiga sempre salientaram, e a Arqueologia teve tendência a desvalorizar, que é a da prevalência do jurídico, da aplicação da lei, no processo de implementação da romanização plena. Este exercício de poder é o que consigna a utilização sistemática da expressão "conquista" romana, independentemente da forma como ela se tenha operado: por subjugação em confronto militar, ou então por pacto com chefaturas locais, por via de instituições como a clientela, como já sugerimos anteriormente. Pensamos que é só a partir deste ponto que se poderá falar de romanização plena.

Os documentos arqueológicos de que dispomos nesta área não permitem esclarecer esta dúvida, que ainda paira sobre a evolução cultural e social operada nesta região após a conquista: o que é romano, ainda que com as corruptelas tipológicas decorrentes da sua expressão provincial, e representará a presença de *cives romani*, e o que é fruto de uma empenhada vontade indígena de assumir os modos de vida superiores da cultura romana, mas se materializa com as inevitáveis imperfeições e desvios. Este dilema está presente no registo arqueológico dos castros desde a mudança do milénio, e mantém-se ao longo dos seus primeiros séculos, fazendo eco da diversidade e criatividade de soluções que subjazem nas expressões provinciais e regionais deste processo de aculturação.

A proximidade de *Bracara Augusta* é determinante, mas sabemos ainda pouco em concreto sobre a sua acção administrativa sobre a envolvente indígena, além do padronizado para uma capital de *conventus*.

Não seria lícito menosprezar a presença, e a enorme influência, do exército em todo o espaço provincial, sobre o qual projectava a tutela jurídica, mas igualmente, e sobretudo, um vasto espectro de conhecimentos técnicos e culturais. A sua presença em unidades orgânicas dispersas pela província, naturalmente mais permanentes nos coutos mineiros e nos espaços de centralidade administrativa, terá constituído um importante incremento de romanização. Uma outra vertente igualmente relevante da presença militar será a fixação neste espaço provincial de soldados desmobilizados, e mormente após a grande desmobilização que se terá seguido às Guerras Cântabras. Este tema, que tem despertado a atenção de alguns estudiosos, poderá articular-se com os indícios de centurição que se têm vislumbrado em torno de alguns núcleos romanizados do noroeste do país, não parecendo defensável centrar todo este rigor de ordenamento territorial na adjudicação do *ager* a indígenas, até por outras razões que abaixo aduzimos. Em apoio desta ideia, temos que os vestígios de centurição se têm manifestado nas amplas veigas aluvionares junto a cidades romanas, e não no entorno das citânias, onde os alvéolos de menores dimensões, ligados a pequenas linhas de água, parecem constituir a unidade de ocupação agrária. Talvez a diferença que o urbanismo manifesta, entre o ortogonal-romano e o circular-indígena, se reflecta também no ordenamento da paisagem, que os modos de produção indígenas domesticarão no respeito pelos constrangimentos da orografia.

A ocupação de espaço agrário em "época romana" está ainda muito difusamente apoiada pela evidência arqueológica, apesar dos grandes avanços das últimas décadas não só no trabalho de campo como na clarificação conceptual das estruturas e das formas de povoamento. Com efeito, a par com um conjunto muito substancial de dados arqueológicos esparsos, provenientes de relatos antigos, carecemos de pesquisas baseadas em escavações arqueológicas programadas que forneçam cronologias, materiais e estruturas que contribuam para o entendimento deste mundo de ruralidade provincial.

A ocorrência de materiais de construção de fabrico "romano" continua a ser o elemento mais vulgarizado de evidência de ocupação em contexto rural. Contudo, é sabido que a utilização de materiais de cobertura, mormente *tegula* e *imbrex*, bem como os modelos mais simples de tijolo, serão reutilizados ao longo de todo o milénio e pela Idade Média adentro, sendo amplamente registada a sua reutilização por toda a Europa, sobretudo em templos.

Os registos de ocorrências de materiais ditos *romanos*, leia-se *tegula* e eventualmente cerâmicas de produção local e regional, documenta numerosas ocorrências ao longo deste inventário. Ocasionalmente, a qualidade da informação permite avançar com proposta de interpretação, se se poderá tratar de um casal ou uma *villa*, mas a maioria das vezes tal não é possível. Da mesma forma, estes materiais caracterizadores



apresentam uma diacronia que cobre quase todo o milénio. Os casos registados no inventário são demasiado numerosos para serem referidos aqui, e apenas aludiremos a um ou outro mais significativo.

A Quinta da Ribeira/Igreja de S. João de Ponte¹, em Ponte, oferece um conjunto de evidências, fragmentárias é certo, mas que podem contribuir para a formação de uma imagem do que temos vindo a designar como "ocupação de tipo agrário", com a evidência de parte da diversidade de tarefas que uma unidade deste tipo realizaria. Com efeito, no seu espaço circundante encontramos evidência de práticas funerárias e de devoção religiosa, mas igualmente de indústrias, como a metalurgia do ferro e a produção de telha, bem como indícios de construções de algum prestígio e monumentalidade que, esperamos, se venham a descobrir no futuro.

Qualquer unidade habitacional deste tipo possui, ou gera, equipamentos conducentes ao suprimento de necessidades. A existência destes equipamentos pode estar associada a uma unidade grande e desafogada economicamente, como uma *villa*, ou então a uma unidade de povoamento constituída por um agrupamento organizado de casais, ou *vicus*.

O dinar árabe² em ouro, datável de 711 e proveniente da Quinta da Ribeira, é um elemento de muito interesse, não tanto pela presunção de poder documentar uma incursão árabe na região, mas sobretudo pela sugestão da sobrevivência da *villa* ao longo do período suévico-visigótico, fenómeno do qual temos paralelos na bacia do rio Lima.

Uma chamada de atenção para o relevo que a prática banhear teve nesta área, pelo menos desde o início da romanização em diante. Nos contextos indígenas temos os magníficos exemplos das estruturas balneares da Citânia de Briteiros³, nos quais a importância da prática banhear se documenta pela monumentalidade e pelo cuidado decorativo colocado nos balneários, independentemente de qualquer outro plano simbólico ou ritual que se lhes possa atribuir.

Em época romana assiste-se ao aproveitamento criterioso dos recursos termais, que já deveriam ser conhecidos pelas populações indígenas, neles instalando estruturas que são configuradas em articulação com a fonte termal. Dentro das estruturas tipologicamente romanas, salienta-se, como exemplo de grande interesse, o balneário termal de Caldelas⁴. Apesar da simplicidade da sua estrutura banhear, este complexo sugere uma dimensão ritual que é corroborada pela epigrafia votiva às divindades aquáticas, estando ainda no seu entorno a ara a Trajano⁵.

O complexo do Paço⁶, em Oleiros, é mais um exemplo de grande importância não só para evocar o carácter aleatório do registo arqueológico, como para salientar as características de algumas formas de ocupação fundiária em época romana. Dispomos de informação circunstanciada de Francisco Martins Sarmiento, que visitou o local e elaborou uma planta pormenorizada do que viu. A descrição do achado, complementada com a planta das estruturas, configuram uma estrutura banhear tripartida, com *praefurnium*. Na envolvente do achado, refere a abundante quantidade de tijolos, telhas, cerâmica comum e *sigillata*. Trata-se, portanto, de uma estrutura banhear de tipologia romana que, pelas dimensões e qualidade, faria parte de uma estrutura fundiária do tipo *villa*, na qual seria expectável encontrar elementos arquitectónicos de qualidade. Contudo, nas visitas feitas ao local, e apesar do empenho posto na prospecção, praticamente nada se vislumbrou, apenas alguns fragmentos de tégula. O local onde se encontrariam as estruturas relatadas terá sido obliterado pela construção de silos para forragem, e nenhum elemento arquitectónico foi encontrado, disperso ou reutilizado, nem foram vislumbrados restos de muros nos cortes dos socacos.

As termas romanas de Vizela, que tivémos oportunidade de ver e registar, são subtraídas deste inventário em virtude da reformulação administrativa de 1998, mas a sua proximidade permite evocar mais este exemplo do termalismo pela sociedade Galaico-romana desta região.

Poderá existir um nexa de articulação entre a localização das unidades fundiárias do Baixo Império e a organização paroquial ao longo da segunda metade do milénio. Vão-se acumulando os casos de coincidência de vestígios de ocupação agrária, que não repugna interpretar como *villae* face à qualidade dos vestígios arquitectónicos e aos elementos epigráficos, no local ou no entorno próximo de algumas igrejas paroquiais de raiz antiga, pré-românica ou românica, evidência que pode sugerir a continuidade de ocupação estruturada do núcleo a que se reporta desde o Baixo Império. É o caso manifesto das igrejas paroquiais de S. João de Ponte⁷, de Santa Leocádia de Briteiros⁸, onde as evidências são abundantes e de qualidade, mas também das igrejas paroquiais de, S. Jorge de Selho⁹, Matamá¹⁰, Senhora do Bom Despacho¹¹, em Gominhões, Urgezes¹², Santa Eufémia de Prazins¹³, Creixomil¹⁴, Guardizela¹⁵ e Santo Tirso de Prazins¹⁶.

Da mesma forma se articula o aparecimento sistemático de epígrafes romanas de teor votivo em igrejas, algumas das quais ainda se encontram nos templos, outras já nas reservas dos museus, mas com indicação de proveniência. Temos os casos das epígrafes encontradas nas igrejas de Brito¹⁷, na igreja velha de Corvite¹⁸, igreja paroquial de S. Faustino¹⁹ (ara a Júpiter), igreja paroquial de Ronfe (aras a Júpiter²⁰ e Durbeico²¹). As restantes epígrafes distribuem-se por outros locais, como as cinco aras de Vermil²² (duas anepígrafas



uma dedicada a Reo Sancto, uma dedicada a Júpiter e outra dedicada por Cabura Ladroni, e as três aras de Serzedelo (dedicadas a Corono, a Júpiter e uma outra a Júpiter).

Por toda esta região em torno de Braga se sedimentou o povoamento de elementos étnicos suevos e visigodos, que se fundiram na cultura provincial de um império romano desmembrado, e a enriqueceram enquanto elite, privilegiando a vida rural, em detrimento da urbana, na boa tradição germânica. A cristianização crescente do território bracarense, a partir de meados do século VI, pelo apostolado de Martinho de Dume, conduziu ao estabelecimento de uma reorganização do espaço em torno da paróquia, tutelada pela sua igreja. Começa, por esta época, a multiplicação de igrejas neste território, algumas de iniciativa episcopal, outras privadas, das quais temos somado evidências arqueológicas.

A quantidade e a qualidade dos vestígios de estruturas de culto deste período existentes no concelho, ou deles provenientes, demonstram bem não só a dispersão da cristianização em época suévico-visigótica, como a sua importância enquanto elemento estruturador da paisagem humana desta área. O cristianismo assume-se igualmente como um poderoso elemento aglutinador da cultura e das mentalidades ao longo da segunda metade do primeiro milénio, mantendo contactos com os centros eclesiásticos italianos e bizantinos, dos quais circulam ideias e práticas, dentre as quais o culto das relíquias dos santos, o qual vingará particularmente por todo o noroeste peninsular. Desta prática sobreviveu o culto de S. Torcato, ainda hoje operante nos rituais e crenças que lhe deram origem, e ilustrando esta prática, uma vez que a quase totalidade das relíquias existentes nos templos locais foram retiradas.

Os inúmeros vestígios arquitectónicos e escultóricos referidos neste inventário documentam a densidade de templos, e a afirmação do culto cristão por todo este território, mas também o grande investimento das elites eclesiásticas e políticas, e de uma forma geral dos crentes. Deve salientar-se que eles constituem uma pequena parte do que terá sido a malha paroquial deste território. Alguns dos vestígios desta fase surpreendem pela sua qualidade escultórica e decorativa, bem assim como pelo critério na escolha das matérias primas. Os templos, que seriam de pequenas dimensões, revelam uma profusão de elementos arquitectónicos e decorativos que preencheriam o seu espaço interior de opulência e de dignidade.

As sucessivas remodelações dos edifícios de culto, que neles foram sendo operadas ao longo do tempo, obliteraram os vestígios das fases de construção anterior, das quais só ficaram elementos arquitectónicos avulsos, dispersos ou reaproveitados nas novas construções, e alguns salvaguardados em museus. Este ritmo de reformulação dos templos foi intermitente, catalisado por imperativos de ampliação ou reformulação, outras vezes por mera devoção expressa no esforço sacrificial da construção e do embelezamento em honra do santo. Em todo o caso, o impacto destas obras revelou-se tão lesivo da pré-existência que somos tentados a ver nestas reconstruções dos templos a imposição de uma declaração social e devocional sobre as ruínas dos anteriores. Um dos exemplos que melhor ilustra este processo é o do Mosteiro Velho de S. Torcato, construção pré-românica com origem no século X, que foi objecto de sucessivas remodelações nas quais, por obra do acaso, se foram mantendo integrados abundantes elementos avulsos das fases anteriores. A estas peças haverá que somar as que sobreviveram através do depósito em museu, como os dois magníficos frisos e um baldaquino em calcário, depositados no Museu Alberto Sampaio, aos quais se soma um capitel em granito. Este templo foi objecto de intervenções programadas, que permitiram desvendar um conjunto precioso de informações sobre a sua arquitectura bem como as práticas funerárias nele realizadas.

Dentre os elementos avulsos pertencentes ao período suévico-visigótico salientamos, pela sua qualidade escultórica e representatividade arquitectónica, peças como a pia baptismal proveniente da igreja de Brito, o friso e o capitel da igreja de Arosa, o capitel da igreja paroquial de Pinheiro, o capitel da igreja paroquial de Castelões, de Santa Maria do Souto e do mosteiro de S. Salvador do Souto.

As evidências de enterramentos desta época contrastam em número com as da arquitectura religiosa acima enumeradas, sendo, com efeito, escassas. O exemplo próximo do adro da igreja de S. Miguel, em Vizela, onde foi escavado um magnífico conjunto de sepulturas de época suévico-visigótica, sugere que este tipo de vestígio será comum no entorno dos templos coevos. Olhando para esta necrópole de inumação, sem mobiliário funerário, com utilização sistemática de materiais de construção romanos, comprimento das sepulturas que ronda os dois metros, e enterramento em sarcófago, sem enchimento de terra, somos de opinião que deveríamos olhar com mais atenção para alguns sepultamentos com estas características que têm vindo a ser classificados como Galaico-romanos. Este parece ser o caso da sepultura encontrada no Monte da Fornalha, lugar da Alegria, em Abação, que apenas conhecemos pela descrição de Francisco Martins Sarmiento, mas não temos qualquer pejo em integrar nesta tipologia e período. Curiosamente, Martins Sarmiento relata o aparecimento de uma outra sepultura do mesmo tipo, a poente da igreja de Silves, a qual ele inicialmente interpreta como forno telheiro, mas pouco depois relaciona com a do Monte da Fornalha, dando mais uma vez testemunho da sua invulgar capacidade de análise e de síntese. Ajuizando pelas descrições respectivas, cremos que nesta tipologia se enquadrariam ainda as sepulturas do lugar de



Reguengo, em S. Salvador do Souto, e a anormal quantidade de tijolo aparecido em S. Martinho de Sande, no lugar da Rocha, que os habitantes aproveitaram para construir fornos domésticos.

Este processo de dinâmica paroquial e intervenção reformuladora dos lugares de culto, que é acima referido para o período suévico-visigótico, continuou nos séculos posteriores, divulgando então as novas formas arquitectónicas e estilísticas do Pré-Românico e do Românico, este a partir do início do século XII. Conforme foi sugerido pelo estudo criterioso de Santa Marinha da Costa, esta região não terá sofrido ermamento, ou dissolução expressiva das estruturas sócio-políticas, o que a ser verdade terá atenuado o movimento fundacional de paróquias, antes se verificando as situações de continuidade que acima referimos. Contudo, o ímpeto reformador não se esbateu em época românica, é em grande parte incentivado pela nobreza, mercê do seu poder económico, necessidade de legitimação e capacidade de intervenção.

A igreja paroquial de Pinheiro possui uma epígrafe indicando "ERA 1271", que se presume ser comemorativa de realização de obras de restauro, em 1233; idêntica inscrição se encontra na igreja paroquial de Castelões, onde a data aponta para 1268, estando associada ao promotor, ou mestre, da obra, de seu nome Afonso Enes; a somar à extensa inscrição, longa de quatro silhares, na parede da igreja paroquial de S. Martinho de Candoso, comemorativa da sua construção em 1172; e da construção da galilé funerária da igreja de S. Salvador do Souto, em 1216.

Naturalmente que aos vestígios que sobreviveram no registo arqueológico, se somarão as referências toponímicas e documentais que revelam a existência de uma malha densa de núcleos populacionais estruturados em torno de um templo, à qual se poderão somar santuários e eremitérios, como, como os de Tapadinhas da Senhora do Monte, em Gonça, e a Ermida de S. Simão, em Gondomar.

O conjunto substancial de sarcófagos inventariados reforça a sugestão anteriormente aventada da densidade do tecido senhorial nos espaços rurais da área, hoje integrada no concelho, ao longo da Idade Média. A sua dispersão é uniforme na maioria das paróquias, e estão associados maioritariamente às igrejas paroquiais, existentes ou desaparecidas, atestando em qualquer dos casos que as mesmas remontarão ao período medieval. Algumas peças surgem junto a casas senhoriais, que provavelmente teriam uma capela, existindo ainda casos de aparente descontextualização, dentre os quais se incluem os de configuração rupestre. A maioria destas peças já não possui a tampa de cobertura, algumas das quais aparecem descontextualizadas, fragmentadas, e por vezes reutilizadas em construções, como na igreja de Guardizela. É nas tampas que se coloca a decoração, quando existe, pelo que estas são um elemento valioso de classificação e mesmo de datação. Alguns dos sarcófagos arrolados neste inventário denunciam uma grande qualidade técnica de execução, e mestria no trabalho da pedra, que a singeleza da sua aparência pode esconder ao olhar menos atento.

Este inventário serve igualmente para consubstanciar dúvidas, e mantê-las vivas para que em seu redor se possam organizar futuras linhas de investigação. Uma dessas dúvidas associada ao topónimo "mota", correspondente a pequenas elevações do que existe um exemplo no espaço em estudo, na margem do rio Ave, e constitui um elemento arqueológico ainda não descodificado. Esta tipologia de sítios tem paralelos na Bretanha francesa e na Inglaterra medieval. Apesar de ser ainda limitado o número destes vestígios, a sua dispersão pelo norte do país é significativa, tal como a uniformidade tipológica da sua estrutura e da sua implantação. Enquanto a cronologia destas possíveis fortificações, por ora atribuíveis à Idade Média, não for apoiada por evidência arqueológica inequívoca, não será possível ajuizar da sua real função nas estratégias de ocupação e organização da paisagem. No quadro desta problemática inscreve-se igualmente o vestígio de cercado no cume do Monte do Castelo, em S. Torcato, no qual se detectou o alicerce de um muro em pedra esquadrejada, o qual interliga os imponentes batólitos graníticos que juncam o local, definindo um pequeno espaço aplanado no seu interior, que por agora interpretamos como cerca medieval.

O burgo vimaranense atingiu uma vitalidade notável ao longo do período medieval, a qual está bem patente tanto nas produções industriais como na abrangência do comércio que era conduzido intramuros, ou que os mercadores vimaranenses realizavam nos territórios circundantes. Não nos detemos sobre esta temática, que possui abundante documentação e estudos de grande qualidade, e é tratado em apartado próprio neste inventário, que é o das vias de circulação. Apenas uma chamada de atenção para o grande número de pontes, de dimensões adequadas às linhas de água que cruzam, e denunciam a densa malha de percursos de comunicação dentro do espaço em apreço, percursos esses cuja importância era tal para esta sociedade que justificava o investimento nestes equipamentos tão dispendiosos, e tecnicamente refinados, como são as pontes em arco. Elas são, portanto, um elemento da mais alta importância, enquanto indicador da fruição e da hierarquização do território, e a sua protecção e estudo, quer individual quer no conjunto viário, são merecedores do empenho académico e do investimento social.



Bibliografia

Nota: A bibliografia abaixo listada reporta-se apenas às leituras de apoio à escrita do presente texto, excluindo todas as referências bibliográficas que estão já contidas nas fichas de inventário de cada uma das peças ou sítios arqueológicos do InPatrimonium, e que se referem especificamente ao bem inventariado.

Alarcão, Jorge de (2000) — As paróquias suélicas do território actualmente português. *Religión, Lengua y Cultura prerromanas de Hispania*. Salamanca: Ediciones Universidad Salamanca, 30-59.

Alarcão, Jorge de (2015) — Os limites das dioceses suevas de Bracara e de Portucale. *Portvgália (n/s)* 36, 35-48 .

Almeida, Carlos A. Ferreira de (1983) — O castrejo sob o domínio romano: a sua transformação. In Pereira Menaut, G. (ed.), *Estudos de Cultura Castrexa e de Historia Antiga de Galicia*, Santiago de Compostela, 187-98.

Alves, Jorge Fernandes (2002) — A indústria têxtil do Vale do Ave. In Mendes, José A.; Fernandes, Isabel M. (edits.), *Património e Indústria no Vale do Ave: Um Passado com Futuro*. Vila Nova de Famalicão: ADRAVE, 372-89.

Barroca, Mário Jorge (edit.) (2017) — *No tempo de D. Afonso Henriques. Reflexões sobre o primeiro século português*. Porto: CITCEM.

Bettencourt, A.M. (2000) — O Vale do Cávado (Norte de Portugal) dos finais do III milénio aos meados do I milénio AC: Sequências cronológico-culturais. *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular, Vol. IV*, Porto: ADECAP, 79-93.

Bettencourt, Ana M.S. (2013) — O Bronze Final no Noroeste Português. Uma rede complexa de lugares, memórias e ações. *Estudos Arqueológicos de Oeiras* 20, 157-72 .

Bettencourt, Ana M.S. (edit.) (2013) — Territórios da Pré-História em Portugal. Vol. 2 A Pré-História do Noroeste Português. In *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular, Vol. IV* Braga: CEIPHAR - CITCEM .

Bettencourt, Ana M.S.; Rodrigues, Alda; Silva, Isabel S.; Cruz, Carlos S.; Dinis, Antonio (2005) — The ceremonial site of Vale Ferreiro, Fafe, in the context of the Bronze Age in northwest Portugal. *Journal of Iberian Archaeology* 7, 157-75.

Bettencourt, Ana M.S.; Dinis, Silva, Isabel S. (2003) — A estação arqueológica de Santa Catarina, Guimarães (Norte de Portugal). Resultado dos trabalhos arqueológicos de 2002. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* 43 (3-4), 163-79.

Brodrigg, Gerald (1987) — *Roman Brick and Tile*. Gloucester: Alan Sutton Publishing.

Carvalho, Teresa Pires de; Queiroga, F.M.V. R. (2005) — O Castro do Mozinho: os últimos trabalhos desenvolvidos. Penafiel: Câmara Municipal, *Cadernos do Museu* nº 11, 121-53.

Centeno, R.M.S. (1987) — *A circulação monetária no Noroeste de Hispânia até 192*. Porto.

Cruz, G. (2009) - A organização urbana da Citânia de Briteiros”, *Veduta. Revista de Estudos em Património Cultural*, nº 3: 14-21.

Cruz, Gonçalo P.C. (2015) — O surgimento do espaço urbano no Noroeste da Ibéria. Uma reflexão sobre os oppida pré-romanos. In Martínez Peñín, Raquel; Caverro Domínguez, Gregoria (eds.), *Evolución de los espacios urbanos y sus territorios en el Noroeste de la Península Ibérica*. León: Ediciones El Forastero S.L., 403-24.

Espinosa, David (2013) — Consideraciones sobre el papel de los oppida veteres latii como focos de ignición de la romanización cultural y política de las comunidades hispanas en época republicana. *Cuadernos de Arqueología de la Universidad de Navarra* 23, 225-52.

Fabião, Carlos (2006) — El ejército romano en Portugal. In Morillo Cerdán, Angel (edit.), *El ejército romano en Hispania. Guía arqueológica*. León: Universidad de León, 113-34.

Fernandes, Armando de Almeida (1968) — *Paróquias suevas e dioceses visigóticas*. Viana do Castelo : Sep. Arquivo do Alto Minho.

Ferreira, Sérgio Carlos (2010) — Para uma nova interpretação da realidade metrológica tardo-medieval: geografia, política e sociedade. *Revista Portuguesa de História* 41, 223-46.

Fontes, Luís F.O. (2009) — O Período Suélico e Visigótico e o Papel da Igreja na Organização do Território. In Pereira, Paulo (edit.), *Minho. Traços de Identidade*. Braga: Universidade do Minho, 272-95.

Fontes, Luís F.O. (2010) — O Norte de Portugal entre os séculos VIII e X: balanço e perspectivas de investigação. In *Visigodos y Omeyas VI. Asturias entre visigodos y mozárabes*. Madrid, 1-51.



- Fontes, Luís F.O. (2017) — Entre pagãos e cristãos: a sacralização da paisagem bracarense na Antiguidade Tardia. Silva, Gilvan V; Silva, Erica G. M.; Neto, Belchior L. (edits.), *Espaços do Sagrado na Cidade Antiga*, Vitória: UFES, 226-44.
- Fontes, Luís F.O. (2018-19) — The Circulation of Models in the Construction of Christian Identity in the Northwest Iberian Peninsula: Architecture and Hagiotopeponymy in the Braga Region. *Visigothic Symposium* 3, 130-50.
- Freitas, Lília Alexandra Costa (2013) — *Contributo para o estudo das cerâmicas comuns do Mosteiro de Santa Marinha da Costa (Guimarães)*. Braga: Universidade do Minho (polic.).
- Gomes, João Pedro Barreto (2017) — *À conquista da Hispânia: análise histórico-arqueológica da campanha de Décimo Júnio Bruto, o galaico*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (polic.).
- Hamilton, Elizabeth (1995) — Was there Ever a Roman Conquest? In Hill, J. D.; Cumberpatch, C. G., *Different Iron Ages. Studies on the Iron Age Temperate Europe*. Oxford: British Archaeological Reports (IS 602), 37-44.
- Jorge, S.O. (1986) — *Povoados da Pré-História recente da região de Chaves-Vª. Pª. de Aguiar*. Porto: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras do Porto.
- Kristiansen, Kristian (1984) — Ideology and material culture: an archaeological perspective. In Spriggs, Matthew (edit.), *Marxist Perspectives in Archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press, 72-100.
- McWhirr, Alan (edit.) (1979) — *Roman Brick and Tile. Studies in Manufacture, Distribution and Use in the Western Empire*. Oxford: BAR (IS) 78.
- Mann, John Cecil (1983) — *Legionary Recruitment and Veteran Settlement During the Principate*. London: University of London (edit. por Roxan, Margaret M.).
- Martins, Manuela (1997) — The dynamics of change in northwest Portugal during the first millennium BC. In Díaz Andreu, M.; Keay, S. (eds.), *Archaeology of Iberia: The Dynamics of Change*. London: Routledge, 143-54.
- Martins, Manuela; Carvalho, Helena (2016) — As transformações do território: Bracara Augusta e o seu cadastro. *Revista de Historiografía* 25, 219-43.
- Martins, Manuela; Lemos, Francisco Sande; Pérez Losada, Fermín (2005) — O povoamento Romano no território dos Galaicos bracarense. In Fernández Ochoa, Carmen; García Díaz, Paloma (edits.), *Unidad y diversidad en el arco Atlántico en época romana*. Oxford: BAR (IS) 1371, 279-96.
- Millett, Martin; Queiroga, Francisco; Strutt, Kris; Taylor, Jeremy; Willis, Steven (2000) — The Ave Valley, Northern Portugal: an Archaeological Survey of Iron Age and Roman Settlement. *Internet Archaeology* nº 9, http://intarch.ac.uk/journal/issue9/millett_toc.html.
- Morillo Cerdán, Angel (2002) — Conquista y estrategia. El ejército romano durante el periodo augusteo y julioclaudio en la región septentrional de la Península Ibérica. Morillo, A. (Edit.), *Arqueología militar romana en Hispania*. Anejos de Gladius 5, 67-93.
- Morillo Cerdán, Angel (edit.) (2006) - *El ejército romano en Hispania. Guía arqueológica*. León: Universidad de León.
- Oliveira, M. de (1950) — *As paróquias rurais portuguesas. Sua origem e formação*. Lisboa: União Gráfica.
- Pearson, Michael Parker; Richards, Colin (edits.) (1994) — *Architecture and Order: Approaches to Social Space*. London: Routledge.
- Pereira Menaut, Gerardo (2005) — Novas perspectivas sobre a vida nos castros galaico-romanos. Penafiel: Câmara Municipal, *Cadernos do Museu* nº 11, 225-31.
- Pérez Losada, F. (1996) — Hacia una definición de los asentamientos rurales en la Gallaecia: poblados (vici) y casas de campo (villae). *Homenaje a Manuel Fernández-Miranda. Los Finisterres Atlánticos en la Antigüedad, Época Prerromana y Romana (Colóquio internacional)*. Madrid: Electa, 189-197.
- Pérez Losada, F. (1998) — Cidades e aldeias na Galiza romana: uma proposta de classificação hierárquica do habitat galaico-romano. *O Arqueólogo Português* 16 (4ª s), 157-74.
- Pérez Losada, F. (2002) — *Entre a Cidade e a Aldea. Estudo arqueohistórico dos "aglomerados secundários" romanos en Galicia*. A Coruña, Brigantium 13.
- Phang, Sara Elise (2008) — *Roman Military Service: Ideologies of Discipline in the Late Republic and Early Principate*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Potter, John F. (2001) — The Occurrence of Roman Brick and Tile in Churches of the London Basin. *Britannia* 32, 119-42.
- Queiroga, Francisco M.V.R. (2003) — *War and Castros. New approaches to the northwestern Portuguese Iron Age*. Oxford: BAR International Series 1198, Archaeopress (=1992, Oxford University, policopiado).



- Queiroga, Francisco M.V.R. (2005) — *Materiais e Técnicas Construtivas da Cultura Castreja no Entre-Douro-e-Minho*. Penafiel: Câmara Municipal, *Cadernos do Museu nº 11*, 155-66.
- Queiroga, Francisco M.V.R. (2007) — The Late Castro Culture of Northwest Portugal: Dynamics of Change. In Gosden, C.; Hamerow, H.; De Jersey, P.; Lock, G. (Eds.), *Communities and Connections. Essays in Honour of Barry Cunliffe*. Oxford: Oxford University Press, 169-79.
- Real, Manuel Luís (1981) — O Convento da Costa (Guimarães). Notícia e interpretação de alguns elementos arquitetónicos recentemente aparecidos. Guimarães: *Actas do Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, vol. IV, 462-475.
- Real, Manuel Luís (2000) — Portugal: cultura visigoda e cultura moçárabe. In Caballero, L.; Mateos, P. (Edits.), *Visigodos y Omeyas. Un debate entre la Antigüedad tardía y la alta Edad Media*. Madrid: CSIC, 21-75.
- Sampaio, Hugo T.P.A. Gonçalves (2014) — *A Idade do Bronze na bacia do rio Ave (Noroeste de Portugal)*. Braga: Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais (polic.).
- Sampaio, Hugo A.; Bettencourt, Ana M.S.; Alves, Maria Isabel C. (2009) — O Monte da Penha, Guimarães, como cenário de ações de incorporação e de comemoração do espaço na Pré-história da bacia do Ave. Bettencourt, Ana M.S.; Alves, Lara Bacelar (edits.) *Dos montes, das pedras e das águas. Formas de interação com o espaço natural da pré-história à actualidade*. Braga: CITCEM, 55-76.
- Sánchez Palencia Ramos, F. J.; Mangas Manjarres, J. (eds.) (2001) — *El edicto del Bierzo. Augusto y el noroeste de Hispania*. Leon: Fundacion Las Médulas.
- Santos Yanguas, Narciso (1988) — *El ejército y la romanización de Galicia*. Oviedo.
- Silva, A.C.F. (1999) — A ocupação do território do noroeste peninsular aquando da chegada dos romanos. In Dias, L.A.T.; Araújo, J.M.S.M. (Edit.), *Acta da mesa redonda “Emergência e desenvolvimento das cidades romanas no Norte da Península Ibérica”*, Porto: IPPAR, 39-52.
- Silva, A.C.F. (1995) — Portuguese Castros: The Evolution of the Habitat and the Proto-Urbanization Process. In Cunliffe, B.; Keay, S. (Eds.), *Social complexity and development of towns in Iberia from the Copper Age to the second century AD*. Oxford: Oxford University Press, 263-89.
- Silva, A.C.F. (2007) — *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira (1ª ed. 1986).
- Soeiro, T. (1980) — Objectos em bronze do Castro de Alvarelhos. *Gallaecia* 6, 237-43.
- Steadman, Sharon R. (2015) — *Archaeology of Domestic Architecture and the Human Use of Space*. London: Routledge.
- Tereso, João Pedro (2012) — *Environmental change, agricultural development and social trends in NW Iberia from the Late Prehistory to the Late Antiquity*. Porto : Universidade do, Porto (polic.).
- Tereso, João Pedro (2013) — Continuidade e mudança nas estratégias agrícolas na Idade do Ferro e época romana no noroeste peninsular. In Arnaud, José Morais; Martins, Andrea; Neves, César (edits.), *Arqueologia em Portugal – 150 Anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 693-701.
- Tereso, João Pedro; Ramil Rego, Pablo; Almeida da Silva, Rubim (2013) — Roman agriculture in the conventus Bracaraugustanus (NW Iberia). *Journal of Archaeological Science* 30 (2013), 1-11.
- Wesch-Klein, Gabriele (2007) — “Recruits and Veterans.” In Erdkamp, Paul (edit.) *A Companion to the Roman Army*. Oxford: Blackwell, 435–450.